



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

política

6

QUARTA-FEIRA, 10 :: junho :: 2015

Subvenções: marido de Angélica trabalhou em ONG investigada

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodia.com.br

Um novo depoimento prestado ontem no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SE), dentro do processo que apura o escândalo das verbas de subvenções da Assembleia Legislativa (Alese), pode trazer mais complicações para a ex-deputada Angélica Guimarães, atual conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e que era presidente da Alese em 2014, quando mais de R\$ 12,4 milhões em tais verbas foram distribuídas de forma irregular, conforme a acusação do Ministério Público Federal (MPF). Ontem, o médico Márcio Antônio Góes Ribeiro, diretor administrativo da Unidade Mista de Saúde Angélica Guimarães, em Japoatã (Baixo São Francisco), confirmou em juízo que o atual deputado Vanderbal Marinho (PTC), marido de Angélica e também médico, trabalhou cumprindo escalas de plan-

tão no hospital.

Para os procuradores do caso, a afirmação do diretor confirma a tese de que existe vínculo pessoal entre Angélica e a Associação Comunitária Nossa Senhora do Desterro, que mantém a Unidade de Saúde e é investigada por ter recebido, no ano passado, R\$ 580 mil em verbas de subvenção. Anteriormente, o ex-diretor-geral da Alese, José Hinaldo Santos Mota, admitiu ao TRE que estas verbas foram liberadas pela Casa sem a prestação de contas exigida quanto às subvenções repassadas em 2013 - e posteriormente, foram devolvidas pela associação ao Erário.

Além disso, Márcio Antônio admitiu no depoimento que, em 2012, foi requisitado por Angélica para assumir um cargo de confiança na Alese, onde trabalhava dois turnos por semana e pelos quais recebia uma ajuda de custo de R\$ 480. "Um trabalho até meio estranho, porque ele foi requisitado pela presidente,

só ia trabalhar dois turnos e não conseguiu dizer o que fazia lá. Disse que só assinava alguns ofícios e pronto", critica a procuradora Eunice Dantas, destacando também que o vínculo familiar já era claro nas investigações porque a Associação do Desterro era administrada pela própria mãe de Angélica. Estes argumentos serão usados pelo MPF para tentar provar que abusos previstos na Lei Eleitoral foram cometidos pela atual conselheira em sua passagem pela Alese.

Já o advogado de defesa Fabiano Feitosa sustenta que não há provas neste sentido e que o trabalho de Vanderbal na Unidade de Saúde não foi custeado com o dinheiro das subvenções e tinha o objetivo de cobrir falhas nas escalas médicas do hospital. "Foi explicado aqui que a escassez de médicos no interior é enorme. Veja que há uma grande quantidade de médicos que vêm de Alagoas pra prestar serviço aqui em Sergipe. Ele [Vanderbal], tam-



DEPOIMENTO DE UM DOS MÉDICOS DA FUNDAÇÃO DA ONG DE ANGÉLICA GUIMARÃES

bém como médico, quando faltava algum colega, ele ia [para Japoatã], prestava o serviço dele e recebia, mas não com verba de subvenção. Era através de um convênio com o Governo do Estado", justificou Fabiano, referindo-se aos repasses da Secretaria Estadual de Saúde à Unidade Angélica Guimarães pelos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A defesa negou ainda ter havido quaisquer objetivos eleitorais nos atendimentos prestados pelo hospital de Japoatã.

Provas - Na rodada da tarde, os depoimentos do caso das subvenções se concen-

traram nas associações indicadas pelo deputado estadual Gilson Andrade (PTC), todas elas sediadas em Estância (Sul). O destaque ficou para o depoimento de José Félix de Jesus, presidente da Lira Musical Carlos Gomes, que recebeu R\$ 20 mil em verbas. Enquanto era ouvido, ele apresentou ao juiz Fernando Stefaniu e aos procuradores do MPF um calhamaço de pastas e documentos com toda a movimentação financeira da entidade. Nelas, estavam recibos, notas fiscais e comprovantes de tudo o que foi gasto pela Lira em 2014, principalmente na reforma da sede e na com-

pra de instrumentos e equipamentos de som.

Os depoimentos das testemunhas de defesa no processo das subvenções serão retomados amanhã e devem ser concluídos no próximo dia 16. Em seguida, até o dia 13 de julho, serão intimados os deputados estaduais e as testemunhas que foram citadas ao longo das oitivas, incluindo as cinco pessoas ligadas a Associação de Moradores do Nova Veneza (Amanova) que foram presas pela Polícia Civil e liberadas depois de assinar um acordo de delação premiada com o Ministério Público Estadual (MPE).